

## Sul América Companhia Nacional de Seguros

CNPJ 33.041.062/0001-09



Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S. as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

**1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira passou por ajustes em 2015, objetivando corrigir os desequilíbrios acumulados nos anos anteriores, fruto da expansão creditícia e fiscal. A política econômica concentrou-se no processo de realinhamento de preços, na redução das intervenções sobre o câmbio e, principalmente, na recuperação fiscal no intuito de estabilizar a dívida pública. Ainda que a política econômica traçada estivesse na direção correta, dificuldades para aprovação das medidas propostas inviabilizaram o ajuste fiscal pretendido. A perspectiva de déficits fiscais crescentes, alimentando a expansão do endividamento público, elevou a percepção de risco da economia brasileira. Como consequência, o país perdeu o grau de investimento pelas agências de risco, ao mesmo tempo em que o real se depreciou. A economia passou por uma crise de confiança, reduzindo os investimentos, o consumo, tendo como consequência a elevação dos índices de desemprego. A inflação oficial ficou em 10,7%, refletindo, principalmente, a correção dos preços administrados, que subiram 18,1%, enquanto os demais preços da economia acumularam elevação de 8,7%, em consequência da depreciação cambial verificada no período. Estimativas de mercado projetam uma queda próxima de 4,0% no PIB brasileiro em 2015. No mercado de trabalho, cerca de 1,8 milhão de vagas foram fechadas no segmento formal da economia. A taxa média de desemprego encerrou o ano em 7,0%, contra 4,8% em 2014. Alguns ajustes no sentido de melhorar os fundamentos da economia brasileira têm sido realizados. O Banco Central entra-se empenhado em trabalhar para que a inflação de 2015 não impacte os preços em 2016 e 2017. Ao longo do ano, o Banco Central elevou a Selic em 250 pontos, colocando-a em 14,25% (11,75% no final de 2014). No setor externo, o ajuste decorrente de um câmbio mais depreciado levou a balança comercial a fechar 2015 com superávit próximo de US\$20 bilhões, enquanto o déficit em contas correntes recuou de US\$104,0 bilhões ao final de 2014, para um valor próximo de US\$60 bilhões em 2015. Pelo lado fiscal, os esforços caminham na busca de superávits que estabilizem a dívida pública no longo prazo, objetivando recuperar o grau de investimento atribuído pelas agências de rating. A melhora dos fundamentos econômicos é passo importante para a superação desse quadro nos próximos meses e anos. A recuperação da confiança dos agentes que é condição necessária para isso, recolocará a economia em uma trajetória consistente de crescimento.

**2. Principais informações financeiras:** A Companhia contabilizava no balanço patrimonial a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PLCD) para seguros, cosseguros, resseguros, IOF e comissão pelo valor líquido. Com o objetivo de melhor apresentar aos usuários de suas demonstrações financeiras, a Companhia mudou sua prática contábil e passou a fazer os registros contábeis da PLCD no balanço patrimonial pelos valores brutos, mantendo a forma de contabilização pelo valor líquido no resultado. Os registros contábeis da aquisição da Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (SULACAP) pela controladora indireta Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ) está sendo representado nestas demonstrações financeiras, por determinação da CVM, órgão que regula a controladora Sul América S.A. (SASA), através do Ofício/CVM/SEP/GEA-Nº01/2015, de 2 de janeiro de 2015, emitido em resposta a consulta técnica da SASA com o objetivo de confirmar o entendimento

sobre o registro da operação de aquisição do controle da SULACAP controlada indireta da Companhia. Na época da decisão formalizada no escritório supramencionado, a SASA entrou com pedido de reconsideração da decisões e em 24 de novembro de 2015 a CVM reafirmou em reunião a sua posição, tornando a publicação através de ata publicada em seu site, em 24 de dezembro de 2015. A Companhia está rerepresentando estas demonstrações financeiras, refletindo no investimento e patrimônio líquido o entendimento da CVM de que a operação mencionada não é uma combinação de negócios. Os efeitos nas demonstrações financeiras referentes aos ajustes mencionados anteriormente são apresentados na nota 2.2 das Notas Explicativas.

(R\$ milhões)	2015	2014	Variação
Prêmios emitidos	3.876,9	3.475,9	11,5%
Prêmios ganhos	3.632,0	3.353,0	8,3%
Sinistros ocorridos	(2.175,9)	(2.026,2)	7,4%
Custos de aquisição	(785,5)	(712,3)	10,3%
Margem bruta	670,6	614,5	9,1%
Resultado antes dos impostos e participações	676,2	601,9	12,4%
Lucro líquido	612,4	527,5	16,1%

**3. Comentário sobre o desempenho:** Em 2015, a receita de prêmios emitidos atingiu R\$3,9 bilhões, 11,5% acima da receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$2,2 bilhões, 7,4% acima do número apresentado em 2014. Os custos de aquisição somaram R\$785,5 milhões, aumento de 10,3% frente ao ano anterior. Neste mesmo período, o lucro líquido alcançou R\$612,4 milhões, com aumento de 16,1% em relação a 2014.

**3.1. Vendas e marketing:** A Companhia comercializa um amplo portfólio de produtos e serviços, distribuído através de uma extensa rede de corretores, coordenados por sua área comercial. O grupo investiu no apoio aos seus parceiros aprimorando e ampliando sua presença nas principais cidades do país.

**3.2. Pessoas:** Em 2015, com base na revisão de missão, visão, valores e competências, a Companhia investiu no desenvolvimento de toda a liderança para mobilização e engajamento das equipes. Nesse ano, fortalecemos o processo de gestão de desempenho, alinhando à entrega de resultados, à meritocracia e às competências organizacionais.

**3.3. Sustentabilidade:** Os temas relacionados à sustentabilidade tiveram força ainda mais ativa na Companhia. Diversas iniciativas foram implementadas no sentido de que o mercado no qual a Companhia está inserida se torne um influenciador na construção de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta para o futuro. A gestão para a sustentabilidade na Companhia é dividida em três frentes de atuação: integração de questões ambientais, sociais e de governança (ASG) aos produtos e serviços, engajamento de stakeholders e gestão do investimento social.

**4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto:** Em 21 de maio de 2015, a SASA divulgou ao mercado um fato relevante por meio do qual informou ter celebrado, em conjunto com suas controladoras Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR) e a Companhia, o Contrato de Compra e Venda de Ações (Contrato) com a AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A. (AXA), naquela data, tendo por objeto a alienação, para a AXA, de 100% das ações representativas do capital social da controladora Sul América Companhia de Seguros Gerais (SASG), cuja atual razão social passou a ser AXA Corporate Solutions Seguros S.A., que é uma sociedade seguradora que opera no ramo de seguros DPVAT e que após a cisão parcial da Companhia e incorporação da parcela cindida pela AXA Corporate Solutions Seguros S.A., ocorrida em 30 de novembro de 2015, passou a reunir também a carteira de grandes riscos de ramos elementares. A carteira de grandes riscos é composta por apólices que oferecem cobertura nos ramos de incêndio, transportes, responsabilidade civil, riscos nomeados, riscos operacionais, riscos de engenharia, riscos diversos e cascos. No

contexto da operação, a Companhia e a AXA firmaram um acordo que estabelece os princípios de cooperação comercial entre as duas partes, objetivando ampliar a colaboração reciproca já existente na distribuição de produtos que complementam os respectivos portfólios, em especial os ramos que constituem a carteira que foi objeto desta transação. Em 28 de dezembro de 2015, a SASA divulgou um comunicado ao mercado complementar informando que implementada todas as condições precedentes aplicáveis, incluindo as pertinentes aprovações regulatórias, foi efetivada e consumada a venda para a AXA de 100% das ações da SASG. Mais detalhes referentes às reformulações mencionadas anteriormente são apresentados na nota 1.2 das Notas Explicativas. Em 08 de julho de 2015, a SASA divulgou um comunicado ao mercado informando que sua controladora, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Companhia), celebrou com a Pan Seguros S.A. (PAN), na referida data, contrato de cessação e transferência parcial de carteira de seguro habitacional e outras avenças. A carteira está distribuída em Apólices de Mercado (SH/AM) contratada pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de estipulante. O preço final da operação foi calculado sobre toda a carteira de Apólices de Mercado, não sendo aplicável o seu desmembramento por ramos. A inserção ou retirada de qualquer um dos ramos que compõem a carteira poderia mudar de forma relevante o preço final. Em 29 de dezembro de 2015, a SASA divulgou um comunicado ao mercado complementar com o objetivo de divulgar que a transferência das apólices para a PAN foi concluída. Mais detalhes referentes às reformulações mencionadas anteriormente são apresentados na nota 1.2 das Notas Explicativas.

**5. Investimentos:** Em 31/12/2015, a Companhia mantiém investimentos diretos na Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA SAUDE), no montante de R\$2.359,9 milhões.

**6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

**7. Resultado do exercício e proposta para sua destinação:** Em 31/12/2015 e 2014, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição (R\$ milhões)	2015	2014
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>676,2</b>	<b>601,9</b>
(-) Impostos e contribuições	(41,8)	(58,1)
(-) Participações	(22,1)	(16,3)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>612,4</b>	<b>527,5</b>
(+) Reversão de reserva estatutária e outros ajustes	7,0	(3,9)
<b>Lucro líquido do exercício após compensações</b>	<b>619,3</b>	<b>523,6</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(31,0)	(26,2)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>588,4</b>	<b>497,4</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
25% do Lucro líquido ajustado	147,1	124,4
(-) Dividendos antecipados considerados nos dividendos obrigatórios	4,7	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido considerado nos dividendos	140,3	113,1
Bruto	165,0	133,0
Imposto de renda	(24,8)	(20,0)
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>	<b>2,1</b>	<b>11,3</b>
<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b>	<b>416,5</b>	<b>353,1</b>

**8. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016. A ADMINISTRAÇÃO.

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 01 de janeiro de 2014 (em milhares de reais)

	Notas 31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 (Reapresentado)		Notas 31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 (Reapresentado)
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>– 3.505.117</b>	<b>4.171.540</b>	<b>3.506.880</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>– 3.014.429</b>	<b>3.341.832</b>	<b>3.066.811</b>
Disponível	– 19.952	44.795	34.192	Contas a pagar	– 392.597	320.740	289.098
Caixa e bancos	– 19.952	44.795	34.192	Obrigações a pagar	15.1	217.686	192.013
Aplicações	<b>6.1 1.622.932</b>	<b>1.729.265</b>	<b>1.323.865</b>	Impostos e encargos sociais a recolher	– 73.313	66.398	65.311
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>– 893.491</b>	<b>846.388</b>	<b>840.891</b>	Encargos trabalhistas	– 17.546	14.813	13.988
Prêmios a receber	7.1 872.709	803.850	803.246	Impostos e contribuições	– 24.948	6.346	6.264
Operações com seguradoras	– 9.303	21.675	20.014	Outras contas a pagar	15.2	59.104	44.439
Operações com resseguradoras	8.1 11.479	20.863	17.631	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>– 135.832</b>	<b>330.798</b>	<b>362.897</b>
Outros créditos operacionais	<b>10 361.462</b>	<b>733.446</b>	<b>495.647</b>	Prêmios a restituir	– 1.809	1.905	8.794
Ativos de resseguro e retrocessão	<b>8.2 34.693</b>	<b>306.628</b>	<b>273.268</b>	Operações com seguradoras	– 19.940	37.582	72.184
Títulos e créditos a receber	– 106.678	94.647	166.705	Operações com resseguradoras	8.1 6.217	75.809	91.852
Títulos e créditos a receber	– 34.739	21.787	75.981	Corretores de seguros e resseguros	16 81.373	74.446	67.604
Créditos tributários e previdenciários	9.1 23.831	13.763	21.693	Outros débitos operacionais	10 26.493	141.056	122.463
Outros créditos	20.1 48.108	59.097	69.031	<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>17 52.808</b>	<b>67.111</b>	<b>20.211</b>
<b>Outros valores e bens</b>	<b>11 61.984</b>	<b>48.204</b>	<b>36.447</b>	Provisões técnicas - Seguros	– 2.408.492	2.581.898	2.359.799
Bens a venda	– 61.984	48.204	36.447	Danos	18.1 2.406.064	2.577	

continuação

## Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Descrição	2014		(Reapresentado)
	2015		
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>612.355</b>	<b>527.471</b>	
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortizações	28.912	27.936	
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(8.159)	–	
Resultado de equivalência patrimonial	(444.590)	(386.778)	
Outros ajustes	7.044	(2.073)	
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>			
Ativos financeiros	82.029	(308.574)	
Créditos das operações de seguros e resseguros	(224.577)	(303.126)	
Ativos de resseguro	324.978	(33.298)	
Despesas antecipadas	10.844	99	
Custos de aquisição diferidos	(43.421)	(31.980)	
Outros ativos	(61.009)	48.516	
Outras contas a pagar	77.944	(39.957)	
Débitos de operações com seguros e resseguros	(95.222)	23.308	
Depósitos de terceiros	(14.303)	46.900	
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(220.251)	232.865	
Outros passivos	(9.208)	26.150	
<b>Caixa gerado/(consumido) pelas operações</b>			
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	133.503	139.093	
Imposto sobre o lucro pagos	(79.366)	(72.600)	
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais</b>			
	<b>77.503</b>	<b>(106.048)</b>	
<b>Atividades de investimento</b>			
<b>Recebimento pela venda:</b>			
Investimentos	12.695	–	
Imobilizado	4.393	5.526	
<b>Pagamento pela compra:</b>			
Investimentos	–	(87.713)	
Imobilizado	(1.518)	(3.833)	
Intangível	(12.082)	(27.967)	
<b>Caixa Líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento</b>			
	<b>3.488</b>	<b>(113.987)</b>	
<b>Atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	–	238.750	
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(98.264)	(3.926)	
Outros	(7.570)	(4.186)	
<b>Caixa Líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento</b>			
	<b>(105.834)</b>	<b>230.638</b>	
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>			
	<b>(24.843)</b>	<b>10.603</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>			
	<b>44.795</b>	<b>34.192</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>			
	<b>19.952</b>	<b>44.795</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº121 parte, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos (automóveis, massificados e habitual) e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A.(SASA) com 24,72% de participação direta e 75,28% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR). A SASA, controladora indireta da Companhia, tem como principal acionista a Sulaspas Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,90% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,68% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 25/02/2016 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2015, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Nessas demonstrações financeiras o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. As demonstrações financeiras de 01/01/2014 e 31/12/2014 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes e as demonstrações financeiras de 31/12/2015 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. A mudança de auditores ocorreu por força regulatória. **1.1. Conclusão da alienação da carteira de grandes riscos e acordo operacional com a AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A.:** Em 21 de maio de 2015, a SASA divulgou ao mercado um fato relevante por meio do qual informou ter celebrado, em conjunto com suas controladas Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR) e a Companhia, o Contrato de Compra e Venda de Ações (Contrato) com a AXA Corporate Solutions Brasil e América Latina Resseguros S.A. (AXA), naquela data, tendo por objeto a alienação, para a AXA, de 100% das ações representativas do capital social da controlada Sul América Companhia de Seguros Gerais (SASG), cuja atual razão social passou a ser AXA Corporate Solutions Seguros S.A., que é uma sociedade seguradora que opera no ramo de seguros DPVAT e que após a cisão parcial da Companhia e incorporação da parcela cindida pela AXA Corporate Solutions Seguros S.A., ocorrida em 30 de novembro de 2015, passou a reunir também a carteira de grandes riscos de ramos elementares. A carteira de grandes riscos é composta por apólices que oferecem cobertura nos ramos de incêndio, transportes, responsabilidade civil, riscos nomeados, riscos operacionais, riscos de engenharia, riscos diversos e cascos. No contexto da operação, a Companhia e a AXA firmaram um acordo que estabelece os princípios de cooperação comercial entre as duas partes, objetivando ampliar a colaboração recíproca já existente na distribuição de produtos que complementem seus respectivos portfólios, em especial os ramos que constituem a carteira que foi objeto desta transação. Adicionalmente, a SulAmérica, através de sua controlada Saepar Serviços e Participações S.A., prestará à AXA determinados serviços relativos à operação da carteira de grandes riscos, inicialmente por um prazo de doze meses, que poderá ser estendido por decisão da AXA. Em 28 de dezembro de 2015, a SASA divulgou um comunicado ao mercado complementar informando que implementada todas as condições precedentes aplicáveis, incluindo as pertinentes aprovações regulatórias, foi efetuada e consumada a venda para a AXA de 100% das ações da SASG. Na mesma data, foi pago o valor global de operação de R\$135.242, estando ainda sujeito a determinados ajustes previstos no respectivo contrato de compra e venda de ações, relativos às variações patrimoniais da carteira de grandes riscos e da SASG, ocorridas até a data do pagamento. O preço final da operação foi calculado sobre toda a carteira de grandes riscos, não sendo aplicável o seu desmembramento por ramos. A inserção ou retirada de qualquer um dos ramos que compõem a carteira poderia mudar de forma relevante o preço final. O valor total da Provisão de Prêmios Não Ganhos na parcela cindida foi de R\$93.737, sendo R\$85.134 registradas no circulante e R\$8.603 no não circulante. No ano de 2015, o resultado da carteira de grandes riscos foi de R\$12.220, sendo R\$10.299 até a data de transferência da carteira, registrados na Companhia. A vigência média da carteira na data da avaliação é de 8,7 meses. A parte cindida, ao valor contábil, da Sul América Companhia de Seguros Gerais (SASG) está representada a seguir:

<b>ATIVO</b>	
<b>Circulante</b>	<b>512.542</b>
Aplicações financeiras	209.463
Créditos das operações com seguros e resseguros	89.131
Ativos de resseguros e retrocessão	203.038
Outros	10.910
<b>Não circulante</b>	<b>167.745</b>
Crédito das operações com seguros e resseguros	774
Ativos de resseguros e retrocessão	143.003
Outros	23.968
<b>Total</b>	<b>680.287</b>
<b>PASSIVO</b>	
<b>Circulante</b>	<b>429.422</b>
Débitos de operações com seguros e resseguros	87.415
Provisões técnicas - seguros	336.845
Outros	5.162
<b>Não circulante</b>	<b>191.049</b>
Corretores de seguros e resseguros	8.275
Provisões técnicas - seguros	182.774
<b>Total</b>	<b>620.471</b>
<b>Acervo líquido</b>	<b>59.816</b>

O resultado na venda da carteira, registrado na Companhia, na rubrica "Resultado patrimonial" foi de R\$35.518 (R\$19.536 líquido de tributos).

A operação está alinhada aos objetivos estratégicos da SulAmérica S.A. **1.2. Cessão e transferência parcial da carteira de seguro habitacional para a Pan Seguros S.A.:** Em 08 de julho de 2015, a SASA divulgou um comunicado ao mercado informando que sua controlada, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Companhia), celebrou com a Pan Seguros S.A. (PAN), na referida data, contrato de cessão e transferência parcial de carteira de seguro habitacional e outras avanças. A carteira está distribuída em Apólices de SH/AM contratada pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de estipulante. O preço final da operação foi calculado sobre toda a carteira de Apólices de Mercado, não sendo aplicável o seu desmembramento por ramos. A inserção ou retirada de qualquer um dos ramos que compõem a carteira poderia mudar de forma relevante o preço final. Em 29 de dezembro de 2015, a SASA divulgou um comunicado ao mercado complementar, com o objetivo de divulgar que a transferência das apólices para a PAN foi concluída. Pelo fechamento da operação, foi pago à Companhia, à vista e naquela data, o valor de R\$59.858, estando ainda sujeito a determinados ajustes previstos no contrato. No ano de 2015, o resultado da carteira de Apólice de Mercado foi de R\$12.649, registrados na Companhia. A vigência média da carteira na data da avaliação é de 18 anos e meio. Não houve Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) na carteira transferida. A carteira transferida da Companhia para a PAN está representada a seguir:

<b>ATIVO</b>	
<b>Circulante</b>	<b>40.785</b>
Aplicações financeiras - bens garantidores	32.896
Ativos de resseguros	7.886
Outros	3
<b>Não circulante</b>	<b>1.222</b>
Ativos de resseguros	1.202
Outros	20
<b>Total</b>	<b>42.007</b>

<b>PASSIVO</b>	
<b>Circulante</b>	<b>38.759</b>
Provisões técnicas - seguros	38.691
Outros	68
<b>Não circulante</b>	<b>3.681</b>
Provisões técnicas - seguros	3.293
Outros	388
<b>Total</b>	<b>42.440</b>

<b>Acervo líquido</b>	<b>(433)</b>
-----------------------	--------------

O resultado na venda da carteira, registrado na SALIC, na rubrica "Outras receitas operacionais de seguros" foi de R\$52.354 (R\$28.795 líquido de tributos). A operação está alinhada aos objetivos estratégicos da SulAmérica S.A. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015. Como parte de uma revisão na política de divulgação do grupo, a Companhia passou a adotar a demonstração de fluxo de caixa pelo método indireto. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 23/02/2016. **2.2. Reapresentação e ajustes: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):** A Companhia contabilizava no balanço patrimonial a PCLD para seguros, cosseguros, resseguros, IOF e comissão pelo valor líquido. Com o objetivo de melhor apresentar as suas unidades de suas demonstrações financeiras, a Companhia mudou sua prática contábil e passou a fazer os registros contábeis da PCLD no balanço patrimonial pelos valores brutos, mantendo a forma de contabilização pelo valor líquido no resultado. **Efeitos por reflexo referentes a reapresentação da aquisição da controlada indireta Sul América Capitalização S.A. (SULACAP) (SULACAP):** Os registros contábeis da aquisição da SULACAP pela controlada indireta Sul América Santa Cruz Participações S.A. (SANTA CRUZ) está sendo representado nestas demonstrações financeiras, por determinação da CVM, órgão que regula a controladora SASA, através do Ofício/CVM/SEP/GEA-Nº001/2015, de 2 de janeiro de 2015, emitido em resposta a consulta técnica da SASA com o objetivo de confirmar o entendimento sobre o registro da operação de aquisição do controle da SULACAP controlada indireta da Companhia. Na época da decisão formalizada no ofício supramencionado, a SASA entrou com pedido de reconsideração da decisão e em 24 de novembro de 2015 a CVM reafirmou em reunião a sua posição, tornando-a pública através de ata publicada em seu site, em 24 de dezembro de 2015. A Companhia está reapresentando estas demonstrações financeiras, refletindo no investimento e patrimônio líquido, o entendimento da CVM de que a operação mencionada não é uma combinação de negóc

continuação

## Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 4 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.8. Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: **3.8.1. Provisão para prêmios não ganhos (PPNG):** Para os contratos de seguros de danos e de pessoas, a PPNG é constituída pelo método prorata die, tendo como base os prêmios comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.8.2. Provisão para prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE):** A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. Para os contratos de seguro de danos, é calculada a partir de um fator esperado de atraso, determinado semestralmente, com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e a PPNG registrada. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG registrada. **3.8.3. Provisão de sinistros a liquidar (PSL):**

**Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP (Inurred but not paid). Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.8.4. **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 110% da estimativa de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 9,36% ao ano, baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbeência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indemnizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **3.8.4. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR):** **Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, sobre a experiência histórica dos últimos 60 meses. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade quanto por montante de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos, buscando uma metodologia melhor adaptável. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso, com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistro obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica dos últimos 16 semestres, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não termo sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indemnização junto à Companhia. Para os ramos de danos e pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. **3.8.5. Provisão para despesas relacionadas (PDR):** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indemnizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocadas a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. **3.9. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** A adequação dos passivos registrados em cada data da divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. O teste não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos, DPEM e Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros - ETTJ livre de risco prefixada. Os fluxos de caixa dos prêmios futuros foram segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios registrados, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. Não foram evidenciadas deficiências no teste de adequação, não sendo assim contabilizada a Provisão Complementar de Cobertura - PCC.

**3.10. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adiciona-se à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, o respectivo grau de risco, o desembolso financeiro e o grupoamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex-prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano nos processos cíveis e pelo TR e juros de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

**3.10.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras na rubrica "Contas a pagar - obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

**3.11. Benefício pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos. Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia e com o programa de indenização de executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projeta e outras premissas atuariais. **3.12. Plano de incentivos baseado em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. O plano foi especificado com base no modelo Black-Scholes para as opções simples, para os programas de 2008 a 2010, e no modelo binomial para as opções simples emitidas nos programas de 2011 e 2012. Atualmente ainda existem opções em aberto dos programas de 2010 e 2012. A partir de 2013, o plano foi reformulado e passou a ter somente outorga de incentivos de ações bonificadas. Neste atual plano de incentivos em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica

"Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa a SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 19.2). **3.13. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.14. Classificação dos contratos:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. **Classificação dos contratos:** A Companhia analisa seus contratos através de processo estruturado, buscando a identificação da essência de cada um das operações e de componentes existentes nesses contratos, cujas normas exigem tratamento contábil diferenciado do contrato em alguns casos, como por exemplo os derivativos embutidos, os componentes de depósito e participações discricionárias, previstos na norma CPC 11, para que possa ser feito o devido registro contábil de cada um dos contratos e componentes. Os contratos de seguros são aqueles onde uma seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar o beneficiário no caso de um acontecimento futuro incerto, específico e adverso. Os contratos de resseguro também estão inseridos nesse contexto. Os ativos adquiridos como leasing operacional têm as parcelas dos contratos mensalmente registradas no resultado, sendo tratados como aluguel, conforme determina o CPC 06.

**3.15. Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira da Companhia. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como "Depósitos de terceiros" e "Salvados e resarcimentos", devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. **3.16. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas, relacionadas às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Créditos e débitos tributários e previdenciários (nota 9); • Custos de aquisição diferidos (nota 12); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR, nota 18; e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 21.2).

**3.17. Normas emitidas e revisadas:** **3.17.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2015. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores. • Modificações à IAS 19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados. • Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012. • Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2015:** A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas: • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 16 – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Modificações à IAS 27 – Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas – Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações às IFRS – Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014 – Em vigor a partir de 01/01/2016; e • Modificações à IAS 1 – Esclarecimentos sobre o processo judicial de divulgação das Demonstrações Financeiras – Em vigor a partir de 01/01/2016. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data efetiva de adoção para 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o façam antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC. A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. E esperado que nenhuma dessas

(a) A redução da concentração dos prêmios por ramos está impactada pela venda da carteira de grandes riscos conforme exposto na nota 1.1.

**4.2. Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas predefinições ou na constituição das provisões técnicas. Em produtos relacionados à linha de negócio de Danos, os riscos de especificação decorrem da inadequação do preço dos produtos comercializados, assim como os riscos na constituição de provisões oriundos da insuficiência em provisões judiciais e administrativas.

**4.2.1. Risco de especificação:** Atualmente, a SulAmérica possui modelos atuariais específicos de especificação para cada um de seus produtos, permitindo a precisão na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de riscos antes da tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias, e nos acompanhamentos periódicos de produtos, a SulAmérica possui o PARP, que é um Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP). Este procedimento é avaliado tendo em vista os seguintes aspectos: • **Preço e subscrição:** Visando o retorno de metas estabelecidas; • **Risco de fraude:** Exposição a riscos de fraude e/ou lavagem de dinheiro; • **Comercial:** Viabilidade de alcançar a expectativa de vendas, análises do escopo e competitividade do produto, dos canais de distribuição e da política de preço/aceitação; • **Compliance:** Riscos de lavagem de dinheiro e riscos de reputação (corrupção) relacionada a atividades ilícitas; • **Contábil:** Implicações na contabilização dos resultados e se as regras de cálculo dos tributos estão corretas; • **Financeiro:** Avaliação dos impactos do produto nas seguintes áreas: geração de caixa, na caixa livre, controle de investimentos, compras, contas a pagar, a receber, cobrança e tesouraria;

novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da SulAmérica tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the tredway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

• **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

• **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

• **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos;

• **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a SulAmérica apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categoria de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa do capital baseado em riscos. O Conselho de Administração é responsável por executar a atividade de supervisão do gerenciamento de riscos da organização, aprovando o apetite a riscos recomendado pelo CoR. A execução do processo é feito de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização, conforme descrito a seguir:

1º Linha de defesa: • **Donos dos riscos:** Responsáveis por fornecer insumos para a área de riscos corporativos nas etapas da ERM. Além de monitorar os riscos mantendo os controles internos eficientes, supervisionam e propõem planos de ação para a mitigação dos mesmos.

• **Unidades de negócio e áreas de apoio:** Áreas da Companhia que possuem riscos inerentes às suas operações. 2º Linha de defesa: • **Comitê de riscos:**

Responsável pelas decisões relacionadas a todas as etapas do processo de ERM, além de monitorar os limites e tolerância a riscos, definidos no apetite a riscos vigente.

• **Área de riscos corporativos:** Executa as etapas do processo de ERM, prioriza os riscos, modela os impactos de quantificação e fornece relatórios para o gerenciamento de riscos. Reporta estas atividades ao CoR.

• **Compliance:** Responsável por monitorar e reportar a situação da Companhia frente aos limites regulatórios e internos.

continuação

## Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

**• Administrativo**

Ano	R\$ milhões											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Provisão de sinistros contabilizada	299,45	478,43	476,72	565,61	647,25	544,03	614,55	519,00	660,89	724,85	548,03	
Efeito do desconto financeiro	(5,19)	(4,63)	(4,84)	(6,33)	(22,41)	(16,36)	(22,60)	(15,24)	(16,75)	(18,50)	(7,72)	
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	304,63	483,05	481,56	571,94	669,67	560,39	637,15	534,25	677,63	743,35	555,75	
<b>Estimativa de sinistros acumulada:</b>												
No final do ano	304,63	483,05	481,56	571,94	669,67	560,39	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	
Um ano depois	373,21	606,38	494,48	585,75	687,42	616,24	576,68	537,98	637,03	669,58	—	
Dois anos depois	440,74	602,18	438,08	596,50	714,16	604,69	633,16	554,72	644,10	—	—	
Três anos depois	466,89	555,48	460,48	633,69	700,43	603,98	630,20	570,67	—	—	—	
Quatro anos depois	378,51	567,93	496,29	622,60	701,65	599,09	621,72	—	—	—	—	
Cinco anos depois	387,93	566,99	494,19	626,97	701,61	609,47	—	—	—	—	—	
Seis anos depois	407,63	580,96	495,41	626,22	710,84	—	—	—	—	—	—	
Sete anos depois	416,50	581,61	496,45	633,51	—	—	—	—	—	—	—	
Oito anos depois	417,68	582,44	509,45	—	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos depois	413,11	593,77	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos depois	426,78	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
<b>Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2015</b>	<b>426,78</b>	<b>593,77</b>	<b>509,45</b>	<b>633,51</b>	<b>710,84</b>	<b>609,47</b>	<b>621,72</b>	<b>570,67</b>	<b>644,10</b>	<b>669,58</b>	<b>555,75</b>	
<b>Pagamentos já realizados até 31/12/2015</b>	<b>424,80</b>	<b>591,58</b>	<b>507,17</b>	<b>630,42</b>	<b>705,01</b>	<b>603,35</b>	<b>586,90</b>	<b>507,59</b>	<b>573,17</b>	<b>566,80</b>	<b>—</b>	
<b>Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2015</b>	<b>1,99</b>	<b>2,19</b>	<b>2,28</b>	<b>3,09</b>	<b>5,83</b>	<b>6,12</b>	<b>34,82</b>	<b>63,08</b>	<b>70,93</b>	<b>102,78</b>	<b>555,75</b>	

A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2015, R\$5,8 milhões (R\$6,3 milhões em 2014) de ULAE e R\$13,1 milhões (R\$10,4 milhões em 2014) de retrocessão.

**• Judicial**

Ano	R\$ milhões											
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015				
Provisão de sinistros contabilizada	203,42	248,70	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03	183,21				
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	203,42	248,70	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03	183,21				
<b>Estimativa de sinistros acumulada:</b>												
No final do ano	203,42	248,70	414,40	402,78	321,06	332,96	364,03	183,21				
Um ano depois	285,47	397,48	430,16	367,97	345,15	378,40	408,79	—				
Dois anos depois	409,87	440,10	401,05	395,53	381,26	419,59	—	—				
Três anos depois	449,32	408,34	425,48	435,24	406,90	—	—	—				
Quatro anos depois	423,91	438,16	458,70	455,48	—	—	—	—				
Cinco anos depois	451,66	472,23	472,09	—	—	—	—	—				
Seis anos depois	484,12	480,04	—	—	—	—	—	—				
Sete anos depois	482,87	—	—	—	—	—	—	—				
<b>Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2015</b>	<b>482,87</b>	<b>480,04</b>	<b>472,09</b>	<b>455,48</b>	<b>406,90</b>	<b>419,59</b>	<b>408,79</b>	<b>183,21</b>				
<b>Pagamentos já realizados até 31/12/2015</b>	<b>425,57</b>	<b>416,88</b>	<b>399,18</b>	<b>364,58</b>	<b>299,81</b>	<b>285,20</b>	<b>252,23</b>					
<b>Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2015</b>	<b>57,30</b>	<b>63,16</b>	<b>72,91</b>	<b>90,90</b>	<b>107,09</b>	<b>134,39</b>	<b>156,56</b>	<b>183,21</b>				

A evolução de sinistros judiciais não considera, em 31/12/2015, R\$63,5 milhões (R\$81,4 milhões em 2014) de IBNR judicial. O saldo da provisão em 31/12/2015 sofreu redução em comparação a 2014, devido à venda da carteira de grandes riscos da Companhia, em dezembro de 2015, conforme descrito na nota 1.1. **4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da SulAmérica de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Líquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisões e rebalanceamento periódicos. Neste sentido, são atribuições do Comitê de Investimentos os seguintes itens: • Promover a adoção das melhores práticas no controle de riscos de investimentos pela Companhia; • Revisar periodicamente a Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, recomendando ao Conselho de Administração proposta de alteração, se aplicável; • Acompanhar e supervisionar a execução e o cumprimento da Política de Investimentos; • Autorizar, expressamente, a aquisição de títulos que não sejam, classificados "grau de investimento" na escala nacional (quando disponível); e • Aprovar a classificação contábil dos ativos como marcados a vencimento. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos e apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do limite de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da SulAmérica. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 6.3. Em decorrência do processo de ALM, está demonstrada a seguir a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2015 e 2014:

Indexador	2015		2014	
	Valor	Valor	Valor	Valor
SELIC/CDI	1.172.945	1.199.501	463.507	531.141
IPCA	151.652	143.325	92	185
Pré-fixado	—	5.868	1.788.196	1.880.020
Ações	—	—	1.788.196	1.880.020
Outros	—	—	1.788.196	1.880.020

**4.3.1. Exposição residual:** A exposição cambial, assim como os derivativos, são usados apenas para hedge. A tabela a seguir apresenta a exposição residual ao risco cambial, de renda variável e inflação. A sensibilidade das exposições em renda variável e inflação são apresentadas na nota 6.3.

Risco	Exposição	2015	2014	
Renda variável	92	185	12.295	86.898
Inflação	—	—	—	—

(a) Incluem derivativos. Os valores apresentados anteriormente são os registrados contabilmente, no entanto, há casos pendentes de sinistros judiciais especiais (não-ordinários) em dólar, que por estarem classificados com probabilidade de êxito "possível", não possuem reserva contabilizada, conforme requerimento legal. Em 31/12/2015, esses sinistros montam o valor de R\$42.114 (R\$1.515.505 em 2014), o resseguro correspondente é de R\$40.948 (R\$1.400.933 em 2014), o que representa um risco residual de R\$1.166 (R\$114.572 em 2014). Durante o ano de 2015, houve a reclassificação de uma disputa judicial de riscos diversos no montante de R\$1.515.505, com resseguro de R\$1.400.933, da probabilidade de perda "possível" para "remota", com base em conclusões da perícia de engenharia, que suportou a estimativa da Administração. **4.3.2. Risco de liquidez:** Decorrente da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar os compromiss

continuação

## Sul América Companhia Nacional de Seguros

CNPJ 33.041.062/0001-09

## 6. Aplicações: 6.1. Composição das aplicações:

Descrição	2015						
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		
	Valor avaliado pela curva	Valor contábil	Valor avaliado pela curva	Valor contábil	Valor de mercado	Taxa média de juros	Total
<b>Títulos de renda fixa - privados</b>	—	—	<b>262.551</b>	<b>267.102</b>	—	—	<b>267.102</b>
Debêntures	—	—	4.398	4.001	—	IPCA + 5,1% a.a.	4.001
Pós-fixado IPCA	—	—	258.153	263.101	—	112,95%CDI	263.101
Letras financeiras	—	—	<b>1.121.987</b>	<b>1.083.266</b>	<b>168.486</b>	<b>167.306</b>	<b>1.251.752</b>
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	—	—	659.841	659.818	—	SELIC	659.818
Letras financeiras do tesouro	—	—	152.845	146.843	—	11,22% a.a.	146.843
Letras do tesouro nacional	—	—	309.301	276.605	168.486	167.306	IPCA + 5,03% a.a.
Pré-fixado	—	—	157	92	—	—	92
Notas do tesouro nacional	—	—	157	237	—	—	237
Série B - pós-fixado IPCA	—	—	(145)	—	—	—	(145)
<b>Títulos de renda variável</b>	—	—	269.396	269.250	—	—	<b>269.250</b>
Ações	—	—	309.301	276.605	168.486	167.306	IPCA + 5,03% a.a.
Valor recuperável	—	—	157	92	—	—	92
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	—	—	157	92	—	—	92
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	180.663	180.663	—	—	—	—	180.663
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	88.733	88.587	—	—	—	—	88.587
DPGE pós CDI	1.367	1.367	—	—	—	109%CDI	1.367
Debêntures pós-fixado CDI	1.013	996	—	—	—	108,75%CDI	996
Letras financeiras	26.731	26.725	—	—	—	105,85%CDI	26.725
Letras financeiras do tesouro	33.071	33.071	—	—	—	SELIC	33.071
Letras do tesouro nacional pré-fixado	4.893	4.809	—	—	—	13,46% a.a.	4.809
NTNB - IPCA	1.630	1.591	—	—	—	IPCA + 6,32% a.a.	1.591
Operações compromissadas	19.323	19.323	—	—	—	SELIC	19.323
Outros	705	705	—	—	—	—	705
<b>TOTAL</b>	<b>269.396</b>	<b>269.250</b>	<b>1.384.695</b>	<b>1.350.460</b>	<b>168.486</b>	<b>167.306</b>	<b>1.788.196</b>
<b>Percentual total - contábil</b>	<b>15,06%</b>	<b>75,52%</b>	<b>9,42%</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.209</b>
<b>Total</b>	<b>269.396</b>	<b>269.250</b>	<b>1.384.695</b>	<b>1.350.460</b>	<b>168.486</b>	<b>167.306</b>	<b>1.790.405</b>
<b>Circulante</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.622.932</b>
<b>Não circulante</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>167.473</b>

Descrição	2014						
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		
	Valor avaliado pela curva	Valor contábil	Valor avaliado pela curva	Valor contábil	Valor de mercado	Taxa média de juros	Total
<b>Títulos de renda fixa - privados</b>	—	—	<b>235.776</b>	<b>237.937</b>	—	—	<b>237.937</b>
Certificados de depósito bancário	—	—	18.550	18.908	—	IPCA + 7,97% a.a.	18.908
Pós-fixado IPCA	—	—	2.500	2.500	—	112%CDI	2.500
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	—	—	3.371	3.371	—	106,5%CDI	3.371
Pós-fixado CDI	—	—	3.979	3.683	—	IPCA + 5,1% a.a.	3.683
Pós-fixado IPCA	—	—	207.376	209.475	—	112,77%CDI	209.475
Letras financeiras	—	—	<b>1.254.677</b>	<b>1.227.725</b>	<b>262.888</b>	<b>265.192</b>	<b>1.490.613</b>
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	—	—	863.630	863.142	—	SELIC	863.142
Letras financeiras do tesouro	—	—	137.536	133.330	—	11,22% a.a.	133.330
Letras do tesouro nacional	—	—	253.511	231.253	262.888	265.192	IPCA + 5,25% a.a.
Pré-fixado	—	—	157	185	—	—	185
Notas do tesouro nacional	—	—	157	325	—	—	325
Série B - pós-fixado IPCA	—	—	(140)	—	—	—	(140)
<b>Títulos de renda variável</b>	—	—	151.278	151.285	—	—	<b>151.285</b>
Ações	—	—	151	325	—	—	325
Valor recuperável	—	—	(110)	—	—	—	(110)
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	—	—	100.506	100.506	—	—	<b>100.506</b>
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	50.772	50.779	—	—	—	—	50.779
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	1.194	1.195	—	—	—	CDI	1.195
DPGE pós CDI	1.010	1.010	—	—	—	108,75%CDI	1.010
Debêntures pós-fixado CDI	12.908	12.916	—	—	—	106,55%CDI	12.916
Letras financeiras	2.905	2.903	—	—	—	SELIC	2.903
Letras financeiras do tesouro	9.996	9.996	—	—	—	11,71% a.a.	9.996
Letras do tesouro nacional pré-fixado	22.869	22.869	—	—	—	SELIC	22.869
Operações compromissadas	(110)	(110)	—	—	—	—	(110)
Contas a pagar de fundos, líquidas	—	—	—	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>151.278</b>	<b>151.285</b>	<b>1.490.610</b>	<b>1.465.847</b>	<b>262.888</b>	<b>265.192</b>	<b>1.880.020</b>
<b>Percentual total contábil</b>	<b>8,05%</b>	<b>77,97%</b>	<b>13,98%</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.884</b>
<b>Total</b>	<b>151.278</b>	<b>151.285</b>	<b>1.490.610</b>	<b>1.465.847</b>	<b>262.888</b>	<b>265.192</b>	<b>1.881.904</b>
<b>Circulante</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.729.265</b>
<b>Não circulante</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>152.639</b>

## 6.2. Movimentação das aplicações:

Saldo em 01/01/2014	Valor justo	Mantido	Total
	por meio do resultado	até o vencimento	
	disponível para venda	vencimento	
163.131	1.159.182	246.359	<b>1.568.672</b>
Aplicações	8.091.629	932.383	9.024.012
Rendimento-resgate (a)	(12.139)	(80.357)	(15.120)
Principal resgate	(8.105.454)	(684.578)	(8.790.032)
Resultado financeiro	15.636	136.473	31.649
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(1.518)	—	(1.518)
Ajuste no patrimônio líquido	—	2.744	—
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>151.285</b>	<b>1.465.847</b>	<b>262.888</b>
<b>Percentual total contábil</b>	<b>8,05%</b>	<b>77,97%</b>	<b>13,98%</b>
<b>Outras aplicações</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b> </td

continuação

## Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

## 9.1.1. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2014	Adição	Atualização monetária	Pagamento/baixa	Saldo em 31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	15.165	67.799	367	(74.828)	8.503
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.122	24.138	153	(24.793)	4.620
Programa de Integração Social - PIS	285	92	—	(301)	76
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	919	443	—	(1.010)	352
Outros	202	10	—	—	212
<b>Total Circulante</b>	<b>21.693</b>	<b>92.482</b>	<b>520</b>	<b>(100.932)</b>	<b>13.763</b>
					13.763

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Adição	Atualização monetária	Pagamento/baixa	Saldo em 31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	8.503	41.175	378	(34.186)	15.870
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.620	12.151	180	(9.379)	7.572
Programa de Integração Social - PIS	76	77	—	(117)	36
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	352	357	—	(540)	169
Outros	212	9	—	(37)	184
<b>Total Circulante</b>	<b>13.763</b>	<b>53.769</b>	<b>558</b>	<b>(44.259)</b>	<b>23.831</b>
					23.831

## 9.1.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	166.898	24.834	(3.293)	188.439
Redução ao valor recuperável de créditos	26.824	5.594	(8)	32.410
Provisões indedutíveis	5.578	5.021	(4.254)	6.345
Amortização de ágio	(365)	—	—	(365)
Custo de apólice	2.144	—	(2.144)	—
Participações nos lucros	1.026	1.298	(1.027)	1.297
Perda atuarial com plano de benefício definido	4.621	—	(1.430)	3.191
Ajuste a valor de mercado	10.948	10.436	(11.534)	9.850
Outros	(118)	—	—	(118)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>217.556</b>	<b>47.183</b>	<b>(23.690)</b>	<b>241.049</b>
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	3.623	—	(3.623)	—
Crédito tributário de PIS e COFINS sobre IBNR (a)	30.880	8.394	(6.170)	33.104
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>252.059</b>	<b>55.577</b>	<b>(33.483)</b>	<b>274.153</b>
Atualizações de depósitos judiciais	(64.155)	(14.569)	2.373	(76.351)
Resultado no exterior	(252)	—	—	(252)
Outros	(1.156)	—	—	(1.156)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(65.563)</b>	<b>(14.569)</b>	<b>2.373</b>	<b>(77.759)</b>
<b>Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários</b>	<b>186.496</b>	<b>41.008</b>	<b>(31.110)</b>	<b>196.394</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para perda em investimentos	—	782	—	782
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	188.439	22.421	(3.359)	207.501
Redução ao valor recuperável de créditos	32.410	16.086	(2.594)	45.902
Provisões indedutíveis	6.345	4.745	(5.870)	5.220
Amortização de ágio	(365)	—	365	—
Participações nos lucros	1.297	8.981	(1.376)	8.902
Perda atuarial com plano de benefício definido	3.191	682	—	3.873
Ajuste a valor de mercado	9.850	9.426	(5.638)	13.638
Outros	(118)	24	—	(94)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>241.049</b>	<b>63.147</b>	<b>(18.472)</b>	<b>285.724</b>
Crédito tributário de PIS e COFINS sobre IBNR (a) (b)	33.104	4.772	(6.845)	31.031
<b>Total dos créditos tributários (a) (b)</b>	<b>274.153</b>	<b>67.919</b>	<b>(25.317)</b>	<b>316.755</b>
Atualizações de depósitos judiciais	(76.351)	(19.147)	1.570	(93.928)
Resultado no exterior	(252)	—	—	(252)
Outros	(1.156)	—	—	(1.156)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(77.759)</b>	<b>(19.147)</b>	<b>1.570</b>	<b>(95.336)</b>
<b>Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários</b>	<b>196.394</b>	<b>48.772</b>	<b>(23.747)</b>	<b>221.419</b>

(a) Refere-se a créditos tributários de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados. (b) Realização de R\$4.603 pela transferência da carteira de grandes riscos por cisão. As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias, com exceção dos valores apresentados nos quadros abaixo, e quando relacionados a diferenças temporárias oriundas de amortizações de ágio de investimentos permanentes. As bases e os tributos não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Ativo fiscal diferido não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	287.585
Diferenças temporárias - CSLL	4.514
<b>Total</b>	<b>292.099</b>
	<b>72.573</b>

**Majoração da CSLL.** A Lei 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%. Os créditos tributários de CSLL que não possuem expectativas de realização até 31/12/2018 são os seguintes:

Descrição	Ativo fiscal diferido não reconhecido
Diferenças temporárias - CSLL	125.037
<b>Total</b>	<b>125.037</b>
	<b>6.252</b>

**10. Outros créditos operacionais:** O saldo da conta de outros créditos operacionais em 31/12/2015, inclui parcela de R\$907.349 (R\$684.891 em 2014) correspondente a saldo a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) referente ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH / SFH – Ramo 66), sendo R\$392.541 (R\$684.891 em 2014) no ativo circulante e R\$514.807 no ativo não circulante. A redução ao valor recuperável desses valores é de R\$97.551 (R\$53.516 em 2014) calculada com base em premissas que levam em conta o histórico de perdas operacionais, sendo R\$32.541 (R\$53.516 em 2014) no ativo circulante e R\$65.010 no ativo não circulante. Em 2015, a Companhia desembolsou R\$463.949 em processos judiciais associados ao SH/SFH e foi reembolsada em R\$267.869 pelo FCVS. O SH/SFH foi, originalmente, instituído pelo artigo 14 da Lei 4.380/1964 e, desde 1967 passou a ser garantido pelo FCVS. As seguradoras atuam apenas como representantes do FCVS nas ações judiciais que têm como objeto o SH/SFH, sendo a elas garantido o direito de receberem o reembolso das despesas incorridas em decorrência da defesa efetivada por elas nestes processos judiciais. Em outubro de 2013, o Conselho Curador do FCVS editou a Resolução nº 357/2013 em que determinou a suspensão temporária do reembolso dos valores devidos às seguradoras até que fosse revisada a legislação aplicável. As normas mais recentes Medida Provisória (MP) nº 633, de 26/12/2013, aprovada como Lei nº 13.000, em 18/06/2014, Resolução CCFCVS nº 364 de 28/03/2014 corroboram a responsabilidade do FCVS e da Caixa Econômica Federal (CEF) na assunção de todos os processos judiciais que tenha por objeto o SH/SFH. Mais recentemente, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu os Pareceres PGFN/CAF nº 1842/2014, PGFN/CRJ nº 1949/2014 e PGFN/CAF nº 2022/2014, onde reconhece o papel das seguradoras como representante do FCVS. Em consequência das orientações presentes nos pareceres citados, o Conselho Curador do FCVS editou a Resolução nº 378 de 17/12/2014, revogando a Resolução CCFCVS nº 357/2013 e determinando à CEF que fosse retomada a análise das solicitações de reembolso de despesas e indenizações incorridas pelas seguradoras, em decorrência de ações judiciais enquadradas nos critérios da Resolução nº 364/2014 e o correspondente fluxo de reembolsos. Adicionalmente, há também o montante de R\$100.400, em 31/12/2015, no ativo não circulante visto que a Administração não tem expectativa de realização dentro dos próximos 365 dias, referentes à antecipação do pagamento de sinistro relativo a uma operação de resseguro. Há uma contrapartida relativa à antecipação recebida dos resseguradores, registrada na rubrica "Outros débitos operacionais", no montante de R\$99.800 em 31/12/2015 no passivo não circulante. **11. Outros valores e bens:**

Descrição	2015	2014
Salvados e Ressarcimentos	61.984	48.204
<b>Total</b>	<b>61.984</b>	<b>48.204</b>

Descrição	Quantidade	Saldo
de 01 a 30 dias em estoque	1.933	27.173
de 31 a 60 dias em estoque	394	10.226
de 61 a 120 dias em estoque	405	8.249
de 121 a 180 dias em estoque	860	4.541
de 181 a 365 dias em estoque</		

continuação

## Sul América Companhia Nacional de Seguros

CNPJ 33.041.062/0001-09

## Pessoas

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR	Total
<b>Saldo em 01/01/2014</b>	<b>1.811</b>	<b>891</b>	
Emissões	6.424	–	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(1.604)	(3.412)	
Prêmios ganhos	(4.907)	–	
Avisados / alterações	–	4.867	
Atualização monetária / juros	–	40	
Variação do IBNR	–	1.503	
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>1.724</b>	<b>3.889</b>	<b>5.613</b>
<b>Circulante</b>			<b>4.780</b>
<b>Não circulante</b>			<b>833</b>

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR	Total
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>1.724</b>	<b>3.889</b>	
Emissões	3.059	–	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(114)	(4.933)	
Prêmios ganhos	(3.086)	–	
Avisados / alterações	–	3.829	
Atualização monetária / juros	–	445	
Variação do IBNR	–	(1.259)	
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>1.583</b>	<b>1.971</b>	<b>3.554</b>
<b>Circulante</b>			<b>2.428</b>
<b>Não circulante</b>			<b>1.126</b>

Em 31/12/2015 e 2014, a PSL contempla sinistros em disputa judicial, relacionados principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de automóveis. Em 31/12/2015 e 2014, a posição de sinistros em disputa judicial era a seguinte:

19. Partes relacionadas: 19.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
			2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Sul América S.A. (a) (b) (c) (d)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	–	–	38.781	38.272	–	–	–	–
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (d)	Controladora direta	Sul América S.A.	85	14	100.698	94.532	216	151	–	–
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) (d)	Controlada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	393	7.262	–	–	15.956	15.338	–	–
Sul América Companhia de Seguros Gerais (a) (d)	Controlada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	–	–	522	–	–	–	–	–
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (g) (i)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	148	345	27	110	(2.314)	(3.875)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (g)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	–	–	228	–	–	–	(1.881)	–
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f) (j)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	14.130	14.817	–	–	4.036	3.665	(794)	(696)
Nova Ação Participações S.A. (d)	Ligada	Sulasapar Participações S.A.	–	–	7	–	–	–	–	–
Sul América Saúde Companhia de Seguros (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	4	–	–	44	38	–	–
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	115	177	–	–	–	–
Sul América Serviços de Saúde S.A. (d) (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–	–	–	(8.658)	(4.968)
Sul América Odontológico S.A. (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	4	–	–	–	–	–	–	–
Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (d) (j)(k)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	252	–	183	25	–	–	(422)	(2)
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (h)	Outros	Outros	–	–	–	–	–	–	(128)	(119)
Gouveia Vieira Advocacia (h)	Outros	Outros	–	–	–	–	–	–	(310)	(595)
Gouveia Vieira Advogados Associados (h)	Outros	Outros	–	–	–	–	–	–	(682)	(3.813)
Swiss Reinsurance America Corporation (i)	Ligada	Outros	27.744	34.662	14.574	14.606	318	9.509	(6.917)	(6.217)
Swiss Reinsurance Company (i)	Ligada	Outros	–	–	–	–	–	2	–	–
Swiss Re Brasil Ressseguros S.A (i)	Ligada	Outros	703	490	103	197	371	473	(64)	(320)
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas (a)	Outros	Outros	–	–	412	412	–	–	–	–
<b>Total</b>			<b>43.311</b>	<b>57.249</b>	<b>155.249</b>	<b>149.088</b>	<b>20.968</b>	<b>29.286</b>	<b>(22.170)</b>	<b>(20.605)</b>

(a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócio; (b) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócio; (c) Valor referente ao reembolso da Companhia que pagou seus executivos com plano de incentivos em ações (stock options) de emissão da SASA; (d) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, às operações com seguro e reembolso de despesas administrativas que são liquidadas no mês subsequente ao da operação; (e) Valor referente ao benefício do plano de saúde que as companhias contratam junto à SULAMED relacionados a seus funcionários e dirigentes; (f) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (g) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (h) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (i) Valor referente à operação de resseguro; (j) Valor referente à sublocação do imóvel situado em São Paulo; (k) Valor referente à contratação de títulos da capitalização, na modalidade incentivo, liquidados mensalmente e resgatados 60 dias após a data da aquisição. Em 31/12/2015, a Companhia liquidou dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$98.264 (R\$3.926 em 2014), sendo R\$25.414 (R\$2.175 em 2014) para a SASA e R\$72.850 (R\$1.751 em 2014) para a SAEPAR. Em 31/12/2015, a Companhia recebeu dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$133.503 (R\$139.093 em 2014), sendo R\$59.097 (R\$138.867 em 2014) da CIA SAUDE e R\$226 em 2014 da SASG. 19.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios de longo prazo a administradores	Incentivo em ações (a)	Total
<b>Contas a pagar</b>			
2015	11.771	8.291	<b>5.062</b>
2014	9.289	8.634	<b>7.424</b>
<b>Despesas</b>			
2015	(18.525)	(1.539)	(2.228)
2014	(17.835)	(1.488)	(1.909)
<b>Total</b>	<b>(21.232)</b>		

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo pagamento com incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.12). 20. Compromissos e ônus a liquidar: 20.1. Outros créditos: Em 31/12/2015, o saldo de R\$48.108 (R\$57.609 em 2014) da rubrica "Outros créditos", no ativo circulante, é composto principalmente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$45.427 (R\$57.609 em 2014). 20.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 18.2. 20.3. Contratos de aluguel: Rio de Janeiro: Em 17/12/2007, a Companhia celebrou contrato de locação de imóvel no Rio de Janeiro. O prazo de locação é de 10 anos, contados a partir de 18/04/2009, podendo ser prorrogado por mais 60 meses. Durante este período, a Companhia se compromete a pagar 10 parcelas anuais de R\$13.712, reajustadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei, pela variação percentual acumulada do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que em 31/12/2015 corresponde a R\$22.185 (R\$21.505 em 2014) registrados na rubrica "Despesas administrativas". O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. São Paulo: Em 04/12/2011, a Companhia, CIA SAUDE, SAUDE (incorporada pela CIA SAUDE) e SULASEG renovaram o contrato de locação do imóvel em São Paulo, pelo prazo de 60 meses, que expirariam em 03/12/2016. Durante esse prazo, as empresas se comprometeram a pagar mensalmente a quantia de R\$1.821, reajustada anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M,

cabendo à Companhia um percentual de 59,3% sobre este montante. Em decorrência da rescisão antecipada do contrato de locação para 30/11/15, foi aplicada uma multa de R\$ 1.125. Em 04/07/2013, a CIA SAUDE, empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, assinou contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a CIA SAUDE se compromete a pagar mensalmente a quantia de R\$2.267, reajustada anualmente pela variação acumulada do IGP-M. O pagamento do primeiro aluguel foi em 05/08/2015, referente ao período de 15/06/2015 à 31/07/2015, já com a variação do IGP-M desde 01/01/2013. A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a CIA SAUDE poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. 21. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2015 e 2014, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

## 21.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2015	2014
<b>Fiscais:</b>		
COFINS	128.983	120.526
PIS	167.806	153.484
CSLL	103.912	87.302

continuação

## Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **22.5. Ajuste de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. **22.6. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor.

**22.7. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2015 e 2014, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2015	2014
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>676.247</b>	<b>601.908</b>
(-) Impostos e contribuições	(41.838)	(58.144)
(-) Participações	(22.054)	(16.293)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>612.355</b>	<b>527.471</b>
(+) Reversão de reserva estatutária e outros ajustes	6.979	(3.887)
<b>Lucro líquido do exercício após compensações</b>	<b>619.334</b>	<b>523.584</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(30.967)	(26.179)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>588.367</b>	<b>497.405</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
25% do Lucro líquido ajustado	<b>147.092</b>	<b>124.351</b>
(-) Dividendos antecipados considerados nos dividendos obrigatórios	<b>4.717</b>	—
(-) Juros sobre capital próprio líquido considerado nos dividendos	<b>140.250</b>	<b>113.050</b>
Bruto	165.000	133.000
Imposto de renda	(24.750)	(19.950)
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>	<b>2.125</b>	<b>11.301</b>
<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b>	<b>416.525</b>	<b>353.104</b>

**23. Detalhamento das contas do resultado:****23.1. Principais ramos de atuação:**

Descrição	2015		2014			
	Prêmios	Sinistralidade	Comissões	Sinistralidade		
Automóvel - Casco	2.123.051	62,80%	23,20%	1.938.970	60,90%	22,70%
Responsabilidade Civil						
Facultativa Veículos - RCFV	607.456	59,00%	19,00%	560.604	62,40%	18,70%
Assistência e Outras Coberturas - Auto	427.418	55,30%	19,20%	350.680	55,40%	19,20%
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	79.324	34,70%	5,70%	73.145	34,50%	5,50%
Compreensivo Condomínio	50.262	61,70%	32,60%	55.775	66,80%	34,70%
Compreensivo Residencial	52.171	44,40%	36,80%	43.588	38,30%	39,30%
Marítimos (Casco)	29.644	52,90%	13,50%	30.593	28,20%	12,40%
Resp. Civil do Transportador Rodoviário Carga - RCTR-C	23.362	54,40%	22,40%	27.849	84,50%	23,10%
Riscos Nomeados e Operacionais	27.433	107,60%	2,10%	27.726	33,40%	0,00%
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	29.788	5,90%	18,60%	27.575	9,30%	18,40%
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Demais Coberturas	22.330	13,80%	7,10%	20.180	7,10%	6,70%
Outros	159.777	64,20%	23,50%	196.328	89,70%	21,70%
<b>Total</b>	<b>3.632.016</b>			<b>3.353.013</b>		

**23.2. Sinistros ocorridos:**

Descrição	2015	2014
Sinistros	(2.431.875)	(2.214.152)
Recuperação de sinistros	(4.323)	(6.472)
Salvados e resarcimentos	250.193	224.375
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	10.139	(29.936)
<b>Total</b>	<b>(2.175.866)</b>	<b>(2.026.185)</b>

**23.3. Custos de aquisição:**

Descrição	2015	2014
Comissões:		
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos cancelados e restituídos	(871.049)	(766.761)
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos cedidos	53.770	42.645
Variação de custos de aquisição diferidos	547	412
<b>Total</b>	<b>(785.549)</b>	<b>(712.283)</b>

**23.4. Outras receitas e despesas operacionais:**

Descrição	2015	2014
Despesas com operações de seguros	(55.003)	(37.471)
Serviços técnicos de seguros	—	(5.469)
Variação no valor recuperável dos prêmios e tributos a receber	(49.090)	(13.949)
Constituição de provisão para ações judiciais e outras operações de seguros	(30.889)	(33.871)

**Conselho de Administração: Presidente:** Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; **Conselheiros:** Gabriel Portella Fagundes Filho e Carlos Infante Santos de Castro.

**Directoria: Presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho; **Directores Vice-Presidentes:** Arthur Farme d'Amoed Neto; Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho; Stefanel Dal Ri. **Directores:** Amanda Camazano Senedes; André Luiz Lauzana dos Santos; Cristiano Donisete Barbieri; Emil Andery; Enio Tetsuo Fukai; Fabiano Lima; Gabriel Antoine de Ségur de Charbonnieres; Gilson Bochneritsan; José Carlos dos Santos Vieira; José Fernando Conforto; José Henrique Pimentel de Melo; Laenio Pereira dos Santos; Leila Ribeiro de Azevedo e Gregorio; Luciano Macedo de Lima; Marco Antonio Neves; Patricia Quirico Coimbra; Heinaldo Amorim Lopes; Renato Roberto; Riccardo Bottas Dourado dos Santos; e Solange Zaqueum Thompson Motta.

**Contador:** Mauro Reis d'Almeida - CRC RJ 066.620/O-7

**Atuário:** Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963

**Parecer dos atuários independentes**

Aos Acionistas e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia e dos limites de retenção descritos no Anexo deste relatório com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios at

continuação

## Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia") ("Comitê") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, até a presente data: • Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias contábeis independentes e interna, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê; • Verificou que as auditorias contábeis independentes e interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade de tais auditorias e do sistema de controles internos da Companhia; • Com base nas informações das auditorias contábeis independentes e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e

das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e • Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP.

2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015. 3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168/2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2016. Renato Eymg - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Membro; Domingos Carelli Neto - Membro.

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas

não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os valores correspondentes, referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.2, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, sem qualquer modificação, datado de 23 de fevereiro de 2016.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2016  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/8 "F" RJ  
Roberto Paulo Kenedi  
Contador - CRC 1RJ 081.401/O-5

**Deloitte.**

# Dados do IBGE mostram que desemprego subiu para 7,6%, maior taxa desde 2009

Número de pessoas com carteira assinada ficou estável em janeiro (11,6 milhões)

**A** taxa de desemprego para as seis principais regiões metropolitanas do país analisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) subiu em janeiro para 7,6%, a maior para os meses de janeiro desde os 8,2% de janeiro de 2009.

Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) foram divulgados ontem e indicam que a alta em relação a dezembro do ano passado (6,9%) é de 0,7 ponto percentual, passando a 2,3 pontos percentuais em relação a janeiro de 2015 (5,3%).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população desocupada em janeiro era de 1,9

milhão de pessoas, crescendo 8,4% (mais 146 mil pessoas) frente a dezembro último e 42,7% em relação a janeiro de 2015 (mais 562 mil pessoas em busca de trabalho).

Os dados relativos a emprego nas seis principais regiões metropolitanas do país indicam que havia em janeiro 23 milhões de pessoas integrando a população ocupada, um recuo de 1% na comparação mensal (menos 230 mil pessoas); e de -2,7% em relação a janeiro de 2015 (menos 643 mil pessoas).

Já o número de pessoas com carteira de trabalho assinada ficou estável em janeiro (11,6 milhões), embora tenha caído 2,8% (menos 336 mil pessoas) em

relação a janeiro de 2015.

Os dados divulgados ontem pelo IBGE indicam que o rendimento médio real habitual dos trabalhadores caiu 1,3% em relação a dezembro de 2015, passando de R\$ 2.273,44 para R\$ 2.242,90; e 7,4% quando comparado a janeiro de 2015 (R\$ 2.421,51).

Também foi constatada retração na massa de rendimento médio real habitual, que em janeiro ficou em R\$ 52,1 bilhões. Quando comparada a dezembro do ano passado, a queda foi de 2,5%, passando a 10,4% na comparação anual.

Quanto à massa de rendimento médio real efetivo, que em janeiro ficou em R\$ 64,8 bilhões, houve crescimento de

8,8% em relação a dezembro último e queda de 9,6% em relação a dezembro de 2014.

Os dados da Pesquisa Mensal de Emprego constataram queda da taxa de desocupação em duas das seis regiões metropolitanas envolvidas na pesquisa e estabilidade nas outras quatro na comparação mensal.

Quando comparada a dezembro de 2015, a análise mensal mostrou que a taxa de desocupação subiu de 7% para 8,1% na região metropolitana de São Paulo e de 5,9% para 6,9% na de Belo Horizonte.

Já na comparação com janeiro de 2015, houve crescimento da taxa em janeiro deste ano em todas as regiões pesquisadas, com destaque

para Recife, onde o desemprego foi de 6,7% para 10,5% - alta de 3,8 pontos percentuais.

Em Salvador, a taxa passou de 9,6% para 11,8% (2,2 pontos percentuais); em Belo Horizonte, de 4,1% para 6,9% (2,8 pontos percentuais); no Rio de Janeiro, de 3,6% para 5,1% (1,5 ponto percentual); em São Paulo, de 5,7% para 8,1% (2,4 pontos percentuais); e em Porto Alegre, de 3,8% para 5,9% (2,1 pontos).

Embora a taxa de desocupação de 7,6% verificada em janeiro para o conjunto das seis principais regiões metropolitanas do país tenha sido a maior desde 2009 (8,2%), por grupos de atividade, de dezembro de 2015 para janeiro de 2016, houve

estabilidade em quase todos os setores.

As exceções foram educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e segurança, que fecharam janeiro último com queda de 2,8% (111 mil pessoas), em relação a dezembro de 2015; e serviços domésticos, que fechou o mês passado com queda de 6,4% (93 mil pessoas), na mesma base de comparação.

Já em relação a janeiro de 2015, a população ocupada caiu 8,5% (menos 298 mil pessoas) na indústria e em outros serviços (-3,4%, 155 mil pessoas). Os demais grupos, segundo o IBGE, "não apresentaram variação estatisticamente significativa".

# Petroleiros da Bahia temem demissões de terceirizados com a desativação de sondas

Sindicato da categoria deve se reunir nos próximos dias para discutir situação

Para reduzir custos em investimentos, a Petrobras informou aos trabalhadores da Bahia que vai desativar, em março, todas as sondas de perfuração e exploração de petróleo, no estado. É o que diz o Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro), ao relatar uma reunião entre a categoria e a gerência de perfurações da empresa.

Segundo o Coordenador Geral do Sindicato, Deyvid Bacelar, todas as sondas serão hibernadas - nome técnico para a suspensão temporária do funcionamento. Com isso, a categoria teme os efeitos econômicos e sociais gerados

pelas demissões dos empregados das empresas terceirizadas. Em relação aos funcionários da Petrobras, o acordo coletivo da empresa prevê o direito de serem treinados e remanejados para outros setores.

"Quanto aos empregados das empresas contratadas, infelizmente, ocorre a demissão. Somente agora, em uma delas, 344 serão demitidos, além dos profissionais de limpeza, serviços gerais, transporte, alimentação e hotelaria. O comércio dessas cidades vai sentir o peso, o município também pode sentir a redução de impostos gerados por essas atividades. São regiões historicamente

prejudicadas pelo baixo investimento na área industrial, que agora estão sendo mais impactadas", disse Dayvid Bacelar, que também é representante dos empregados no Conselho de Administração da Petrobras.

Bacelar acredita que, em 42 municípios baianos, cerca de 900 empregados serão afetados pelo cancelamento das atividades, mesmo que em caráter temporário, principalmente os de empresas terceirizadas. Ele lembrou ainda que, por exercerem atividades específicas ligadas ao petróleo, esses trabalhadores têm mais dificuldade para voltar ao mercado de trabalho.

Em nota, a Petrobras informou que o Plano de Negócios em vigor reduziu os investimentos previstos anteriormente. Sobre as sondas hibernadas, a empresa esclareceu que está "readequando sua frota de sondas aos níveis de demandas e realizando ajustes na programação da perfuração dos poços".

A empresa também citou o preço do petróleo no mercado internacional para determinar futuros investimentos: "Os investimentos serão mantidos conforme a economicidade dos projetos, face ao cenário internacional do valor do petróleo e taxa de câmbio."

O Sindipetro disse que outra preocupação da categoria está relacionada à exploração das sondas que serão hibernadas. Segundo, ele as ferramentas ficarão inativas por um tempo, mas as atividades podem interessar a iniciativa privada.

"Se a Petrobras deixa de explorar e de fazer perfurações, consequentemente isso vai gerar uma repercussão na produção de petróleo nos campos maduros terrestres. A voracidade das empresas privadas vai ser maior e elas vão pressionar ainda mais o Governo Federal, o Congresso e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), para que tenham acesso a essas

concessões que, hoje, estão nas mãos da Petrobras".

O sindicato da categoria deve se reunir nos próximos dias e discutir formas de mobilizar os chefes dos executivos municipais e estadual.

A nota da Petrobras ainda informa que, atualmente, a empresa possui 69 concessões de produção em campos de petróleo no estado da Bahia, com atividades sendo desenvolvidas de forma rotineira em todos estes campos, além de 23 blocos exploratórios recentemente leiloados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), com atividades previstas em contrato.

# Ministro diz que diálogo permitiu a aprovação de projeto sobre ação da estatal na exploração dos campos

Senado aprovou com a participação obrigatória da estatal na exploração dos campos

O ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, disse ontem que a aprovação no Senado do projeto que acaba com a participação obrigatória da Petrobras na exploração dos campos do pré-sal foi fruto de uma negociação do governo com os parlamentares, apesar de o governo defender a manutenção da atual política.

"O governo tem que ser um governo de diálogo. A posição do governo é a posição defendida pelo bloco que defendeu a lei da política de petróleo, mas, em uma democracia, há

que se ter diálogo, e o que se demonstrou na quarta-feira é que há diálogo e que a articulação política do governo está fazendo o diálogo com diversas correntes", disse Braga.

Na quarta-feira, o plenário do Senado aprovou o projeto de lei que acaba com a participação obrigatória da Petrobras na exploração dos campos do pré-sal, estabelecendo que a estatal terá a prerrogativa de escolher se quer ser operadora do campo ou se preferir se abster da exploração mínima de 30% a que a lei obriga atualmente. O texto

ainda será votado na Câmara dos Deputados.

O projeto foi aprovado após negociação do governo com os senadores para construir uma alternativa à proposta inicial, do senador José Serra (PSDB-SP), que defendia o fim da participação obrigatória da Petrobras, outro defendia mudanças no regime e um terceiro defendia uma solução intermediária, que foi a posição vencedora. "O que o Senado votou foi um termo intermediário entre a posição que o bloco do PT e do governo defendia e uma proposta que flexibiliza, mas mantém a questão do controle

manifestará se aceita ou não a responsabilidade.

Segundo o ministro, havia três blocos no Senado defendendo posições diferentes: um queria manter a política atual, com participação obrigatória da Petrobras, outro defendia mudanças no regime e um terceiro defendia uma solução intermediária, que foi a posição vencedora. "O que o Senado votou foi um termo intermediário entre a posição que o bloco do PT e do governo defendia e uma proposta que flexibiliza, mas mantém a questão do controle

do estado e de uma política estratégica do estado brasileiro, e não da Petrobras, em torno da questão", disse.

O Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) considerou também um avanço importante para o país e para setor de óleo e gás a aprovação do projeto. Segundo o IBP, se for aprovada na Câmara dos Deputados e sancionada pela presidente Dilma Rousseff, a mudança vai atrair novos investimentos, imprimir novo ritmo ao desenvolvimento do pré-sal e estimular toda a cadeia de

fornecedores da indústria do petróleo, gerando empregos, tributos e renda.

"A experiência demonstra que a diversidade de operadores, com diferentes estratégias e competências, favorece o desenvolvimento tecnológico, estimula a indústria brasileira de bens e serviços, promove a competitividade e melhor potencializa o valor dos recursos naturais do país", disse o IBP, entidade sem fins lucrativos que representa empresas dos setores de petróleo, gás, e biocombustível no Brasil.